



Contribuições do GTP Questão Agrária, Urbana e Ambiental ao Serviço Social: 15 anos de história

Contributions of the GTP Agrarian, Urban and Environmental Issues to Social Service: 15 years of history

Suenya Santos da Cruz*

ID <https://orcid.org/0000-0001-8851-2534>

Betina Ahlert**

ID <https://orcid.org/0000-0002-3858-7092>

Rita de Cássia Barbosa dos Santos***

ID <https://orcid.org/0000-0003-4485-6508>

Gabriela Abrahão Masson****

ID <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-1837-505X>

RESUMO

Este artigo é resultado do esforço coletivo da coordenação colegiada do Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social, e tem como objetivo apresentar as tendências presentes nas produções na área de conhecimento do Serviço Social, a partir de um recorte temporal que analisa parte das produções ao longo dos últimos 15 anos, bem como os desafios contemporâneos para o conjunto da área. O percurso metodológico recupera a revisão crítica de artigos e documentos produzidos pelo GTP, buscando identificar os eixos estruturantes que evidenciam a indissociabilidade entre as questões agrária, urbana e ambiental, além dos desafios atuais para a formação e o trabalho profissional, num contexto de crise ambiental e climática — expressões da crise do capital e da crise civilizatória — que incidem tanto

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Rio das Ostras, Brasil). E-mail: suenyasantos@id.uff.br

**Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). E-mail: betina.ahlert@ufsc.br

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Brasil). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima (UERR, Boa Vista, Brasil). E-mail: rita.santos@uerr.edu.br

****Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, (UNESP, São Paulo, Brasil). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Alagoas, Brasil). E-mail: gabriela.masson@fssso.ufal.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p274-290

no campo quanto nas cidades. Por fim, destacamos o avanço dos debates que analisam o desenvolvimento do capitalismo, considerando a particularidade da formação socio-histórica brasileira e os processos de exploração, expropriação e resistências vivenciadas desde a colonização, em que a dominação de classe, raça, etnia e gênero são elementos estruturantes e determinantes da questão social brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Questão agrária; Urbana e Ambiental; Serviço Social; Formação socio-histórica brasileira.

ABSTRACT

This article is the result of the collective effort of the coordinating body of the Thematic Research Group on Agrarian, Urban, and Environmental Issues and Social Work. Its goal is to present the trends found in productions in the field of Social Work knowledge, based on a temporal cut that analyzes some of the productions over the past 15 years, as well as the contemporary challenges for the entire field of Social Work knowledge. The methodological approach includes a critical review of articles and documents produced by the GTP, seeking to identify the structuring axes that highlight the inseparability of agrarian, urban, and environmental issues, as well as the contemporary challenges for professional training and work, within the context of environmental and climate crises, as expressions of the capital and civilizational crisis that affect both rural areas and cities. Finally, we highlight the advancement of debates analyzing the development of capitalism, considering the particularities of Brazil's socio-historical formation, and the processes of exploitation, expropriation, and resistance experienced since colonization, where class, race, ethnicity, and gender domination are structural and determining elements of the Brazilian social issue.

KEYWORDS

Agrarian; Urban and Environmental Issues; Social Service; Brazilian socio-historical formation.

Introdução

O presente artigo expressa um esforço coletivo da coordenação colegiada do Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social (GTPQAUASS), na gestão da ABEPSS A certeza na frente: a história na mão (2025–2026), em compartilhar parte da trajetória do GTP e da produção de conhecimento, com o objetivo de fortalecer sua incidência sobre a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais. Nesta perspectiva, apresentamos uma síntese do debate acumulado no âmbito do GTP, tendo a Revista Temporalis como um importante canal de divulgação científica da produção do conhecimento em Serviço Social. Dessa forma, apresentamos as tendências presentes nos debates ao longo dos últimos 15 anos, bem como os desafios contemporâneos para o conjunto da área de conhecimento do Serviço Social.

A perspectiva teórico-metodológica tem como referência o materialismo histórico-dialético, que possibilita, a partir do pensamento social crítico, uma apreensão da questão social e ambiental ancorada na tríade capital/trabalho/terra. Este método permite uma análise dos fundamentos socio-históricos da realidade social, a partir da formação social brasileira, bem como dos desafios impostos ao trabalho profissional na atualidade. Cabe destacar que nosso horizonte de análise está alinhado ao projeto de formação profissional inscrito nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O percurso metodológico recupera a revisão crítica de artigos e documentos produzidos pelo GTP, buscando identificar os eixos estruturantes da indissociabilidade entre as questões agrária, urbana e ambiental, e os desafios contemporâneos para a formação e o

trabalho profissional, num contexto de crise ambiental e climática — expressões da crise do capital e da crise civilizatória — que incidem tanto no campo quanto nas cidades.

O debate da questão social — objeto de intervenção profissional — e o rigor teórico para a indissociabilidade entre as questões agrária, urbana e ambiental são imprescindíveis para um trabalho profissional articulado à realidade social, contraditória e determinada pela crise do capital e pela crise civilizatória que agudiza a questão ambiental e climática.

No ano de 2025, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) advertiu sobre os riscos e danos da desenfreada exploração da natureza, em escala global, destacando que essa realidade não afeta toda a população de maneira igualitária. Assim, os povos e comunidades tradicionais, bem como os demais grupos racializados da classe trabalhadora, constituem um obstáculo à expansão do capital.

Nesse sentido, o artigo está organizado em três seções: rememoramos as construções nesses 15 anos de história apresentando a relevância do GTP, e a necessidade da indissociabilidade entre questão agrária, urbana e ambiental para a formação e o trabalho profissional; apresentamos alguns elementos centrais sobre o estado da arte da produção de conhecimento no GTP, com destaque para o levantamento de grupos e núcleos de pesquisa e os artigos em anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), com recorte metodológico que permite indicar algumas tendências teórico-metodológicas dos debates nos anos recentes; e, por fim, apresentamos algumas sínteses dos debates, indicando desafios para a profissão e as considerações finais.

GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social: construções

O GTPQAUASS inscreve-se no contexto da construção das estratégias da ABEPSS para o debate e fortalecimento da área, vinculando-se à indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, capilarizando esforços coletivos para a produção do conhecimento alicerçado no Projeto Ético-Político (PEP), que, por sua vez, expressa-se nas Diretrizes Curriculares, no Código de Ética Profissional da/o Assistente Social e na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662/1993. Cabe registrar que tal espaço visa estimular a elaboração, produção e circulação do conhecimento, sendo autônomo, porém vinculado organicamente à política da entidade (<https://abepss.org.br/gtps/>). Nesse sentido, o GTP em questão é fundamental para o fortalecimento da área em sua totalidade, conforme destaca nossa entidade,

A trajetória deste GTP possui raízes na criação dos GTPs como estratégia institucional da ABEPSS de articulação de pesquisadores (as) e criação de maior capilaridade e integração internos. A escolha das áreas reflete a complexidade das produções e reflexões na formação profissional, tanto acadêmica, como permanente, construída no exercício e na sistematização cotidianos. Dessa forma, como particularidade, a trajetória específica de nosso GTP tem demonstrado o acerto dessa política institucional e da relevância de se investir na contramão do isolamento imposto pelo produtivismo, pela competição e da fragmentação nos processos de produção de conhecimento acadêmico e de exercício profissional (ABEPSS, 2014, p. 2).

Assim, um dos desafios destacados na referida passagem refere-se à necessidade de enfrentamento da fragmentação no que tange à produção do conhecimento acadêmico, o que também se expressa no trabalho profissional. Nessa direção, Mota (2016, p. 167) destaca:

Sem dúvida o Serviço Social avançou no âmbito da construção de uma cultura política e profissional crítica, desempenhando um papel intelectual significativo [...] somos sujeitos da formação de uma sociabilidade libertária e emancipatória, entretanto, coloca-se como um desafio a preservação da unidade entre as diversas dimensões da profissão. Desta unidade é que pode ser assegurada a resistência ao pensamento conservador, tecnicista e modernizador, tanto no âmbito da pesquisa como no da formação, em nível de graduação e pós-graduação e no do exercício profissional.

O GTP insere-se nesse desafio de ruptura com a interpretação fragmentada da realidade social. Portanto, considera-se cada vez mais premente fortalecer a tríade questão agrária, urbana e ambiental, que são constitutivas de uma totalidade. Essa compreensão acompanha o GTP, como expresso nos debates para a construção de suas ementas, a exemplo da gestão de 2012, momento em que se ressaltou a necessidade de “aprofundar a construção de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade” (ABEPSS, 2016, p. 14).

As ênfases — agrária, urbana e ambiental — devem situar-se na análise da realidade, considerando suas múltiplas determinações na realidade brasileira, e levando em conta a universalidade, particularidade e singularidade que se expressam no cotidiano dessa sociabilidade. Segundo Lefebvre (1999, p. 34–35), os fenômenos da “sociedade capitalista chegam na história, exteriores uns aos outros: o solo, o proprietário, a natureza — os trabalhadores desvinculados dos meios de produção — o capital, o dinheiro em busca de lucro, o capitalista, a burguesia”. Resgatando a análise dos relatórios¹, torna-se imperativo:

[...] a necessidade de buscar chaves analíticas para compreender e explicar os fenômenos que atravessam as dimensões agrária, urbana e ambiental, na sua relação com a totalidade social. Nos relatos e reflexões construídas observou-se o quanto importante é identificar as mediações que materializam essa relação. São fenômenos complexos e é tarefa do GTPQAUASS, na coordenação de pesquisadores, docentes, estudantes e profissionais, aglutinar estratégias tendo em vista o avanço das forças conservadoras e do pacto fisiologista e

¹ Ressalta-se que a cada biênio da gestão da ABEPSS, as coordenações do GTP constroem relatório final, socializando o trabalho realizado naquele período, para que a próxima gestão possa tomar consciência do trabalho realizado e dar continuidade a esta construção coletiva. Nesses 15 anos de história tivemos a seguinte composição na coordenação do GTP: Gestão 2011–2012: Maristela Dal Moro (UFRJ), Maria das Graças e Silva (UFPE) e Percy Coelho (UnB); Gestão 2013–2014: Cristina Simões Bezerra (UFJF), Joana Valente Santana (UFPA), Tania Maria Ramos de Godoi Diniz (UNIFESP-BS) e Tatiana Dahmer Pereira (UFF); Gestão 2015–2016: Cristina Bezerra (UFJF), Joana Valente Santana (UFPA), Maria das Graças e Silva (UFPE), Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (UNIFESP-BS) e Tatiana Dahmer Pereira (UFF); Gestão 2017–2018: Cristina Bezerra (UFJF), Joana Valente (UFPA) e Suenya Santos (UFF); Gestão 2019–2020: Isabel Cristina da Costa Cardoso (UERJ), Suenya Santos (UFF) e Raquel Sant’Ana; Gestão 2021–2022: Mailiz Garibotti Lusa (à época UFRGS), Isabel Cristina da Costa Cardoso (UERJ), Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves (UFAM) e Matheus Thomaz da Silva (UFF/Campos); Gestão 2023–2024: Betina Ahlert (UFMT/UFSC), Caroline Magalhães Lima (UECE), Maristela Dal Moro (UFRJ) e Matheus Thomaz da Silva (UFF/Campos).

patrimonialista que se impõe sobre a sociedade brasileira (Diniz, 2022, p. 17, grifo nosso).

Dessa forma, a superação da fragmentação entre as dimensões agrária, urbana e ambiental da questão social é um pressuposto metodológico para a compreensão da dinâmica metabólica e dialética entre sociedade, meio ambiente e cultura — o que passa pela análise crítica da produção e reprodução social ancorada na propriedade privada dos meios de produção, na renda fundiária e na centralidade da terra para o acúmulo de capital. Portanto, faz-se necessário compreender a particularidade brasileira a partir da ocupação socioespacial, determinada pela dominação de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade, sendo, assim, atravessada pela luta dos sujeitos coletivos em disputa pelos territórios e bens comuns, e pelas respostas do Estado.

Parte-se da compreensão que a centralidade teórico-metodológica da tríade terra/trabalho/capital vem ao encontro do fortalecimento da adoção de uma teoria social crítica fundada sob a perspectiva metodológica de totalidade para a compreensão tanto da vida social, na particularidade histórica e espacial da formação social brasileira, quanto do Serviço Social e de suas exigências críticas formativas, investigativas e de intervenção nas relações sociais e no campo da questão social (Cardoso et al., 2021, p. 283).

A trajetória histórica do GTP revela o compromisso dos coletivos que estiveram à frente das coordenações nos últimos 15 anos. O relatório do GTP (2024) expõe a compreensão da “indissociabilidade da questão agrária, urbana e ambiental, sua processualidade histórica e suas determinações estruturais classista, racial e patriarcal”, expressando o rigor teórico na construção de estratégias que visem fortalecer a área, comprometidas com uma formação crítica e socialmente referenciada. O documento cita a necessidade “dos debates que envolvem a questão ambiental, face à crise/tragédia climática e à produção de desastres, tema explicitado no Colóquio do ENPESS como fundamental” (ABEPSS, 2024, p. 31).

Igualmente, faz-se importante apresentar como o GTP se organiza, sua metodologia de trabalho e alguns dos resultados que expressam o acúmulo. A coordenação do GTP se organiza de forma colegiada desde sua origem, sendo formada por um grupo de docentes com representatividade temática e regional, contando com três a cinco pessoas em cada gestão, responsáveis pela condução dos debates e pela assunção de tarefas construídas pela gestão da ABEPSS em conjunto com os demais GTPs.

Na perspectiva de capilarizar a construção do GTP, as responsabilidades são compartilhadas com uma coordenação ampliada, composta por docentes, profissionais e estudantes de pós-graduação, com representatividade temática e regional, compondo os grupos de trabalho para a materialização da política da gestão da ABEPSS. Na atual gestão, 37 pessoas compõem o grupo ampliado.

Ao longo desses anos, uma das principais tarefas tem sido o levantamento das produções do Serviço Social nas áreas temáticas correspondentes, a partir de revistas científicas, trabalhos publicados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), no ENPESS, assim como publicações dos núcleos de pesquisa e programas de pós-graduação no país. Diante das limitações estruturais, desde 2018 as coordenações do GTP optaram por focar

o levantamento nos ENPESS. Nessa caminhada, percebemos a necessidade de identificar os núcleos de ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de organizar um mapa georreferenciado para disponibilização on-line, que possibilite intercâmbios científico-culturais.

Outro elemento que merece destaque — e que se desenvolve no bojo de mudanças correlatas ao mundo da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) — é a realização de lives sobre temas correlatos aos GTPs. A TV ABEPPS (canal no YouTube) existe desde 2015 como uma política de comunicação, mas, sobretudo a partir da pandemia de covid-19, as lives se tornaram uma linguagem importante de compartilhamento de debates.

O GTPQAUASS organizou e participou de lives sobre: questão ambiental e indígena em tempos de pandemia; mudanças climáticas e questão social; racismo ambiental e desastres; Serviço Social e as lutas indígena e quilombola. Essas duas últimas lives foram realizadas em parceria com o GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, e a última também em parceria com o GTP Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social². Contribuindo ainda com a comunicação da entidade, o GTPQAUASS tem produzido manifestos que respondem à conjuntura sobre as temáticas referentes ao nosso grupo.

Ademais, têm sido produzidos documentos internos às gestões da ABEPPS, como relatórios, e demais documentos, como o: “Questão agrária, urbana e ambiental: subsídios para a formação e trabalho em serviço social”³. Há também produção de artigos que traduzem esse acúmulo, em revistas e editoras comprometidas com a socialização de produções críticas, como no caso da Revista Temporalis⁴. Na sequência, a partir de um fragmento do estado da arte das produções de conhecimento no Serviço Social, apresentaremos algumas tendências teórico-metodológicas e desafios para a área.

Estado da arte sobre as produções do Serviço Social: grupos de pesquisa e trabalhos publicados nos ENPESS

Nesta seção serão apresentados breves resultados sobre as produções do Serviço Social correlatas ao tema deste GTP, através de dois elementos centrais: a) o levantamento realizado pelo GTP (2024)⁵ que buscou mapear grupos e núcleos de estudos (pesquisa e extensão universitária) que tem centralidade nas ênfases agrária, urbana e ambiental; b) as apresentações de trabalho dos ENPESS entre os anos 2004 e 2024.

²As lives estão, respectivamente, disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.youtube.com/watch?v=5LHGcjCMBSc&list=PLMoiQmvo2kZ_fSK7fDq_hn9JUS6XoAdNk&index=7; <https://www.youtube.com/watch?v=hYvXwiJ7GPk>; <https://www.youtube.com/watch?v=JpG9McM6jAU>; <https://www.youtube.com/watch?v=1zoGNhnwhJI>

³ No momento de escrita deste artigo, o documento encontra-se no prelo para publicação on-line pela Entidade.

⁴A revista Temporalis n. 24 traz um número exclusivo para o GTP, disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/323>. E na Revista Temporalis n. 42, há um artigo do GTP disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410>

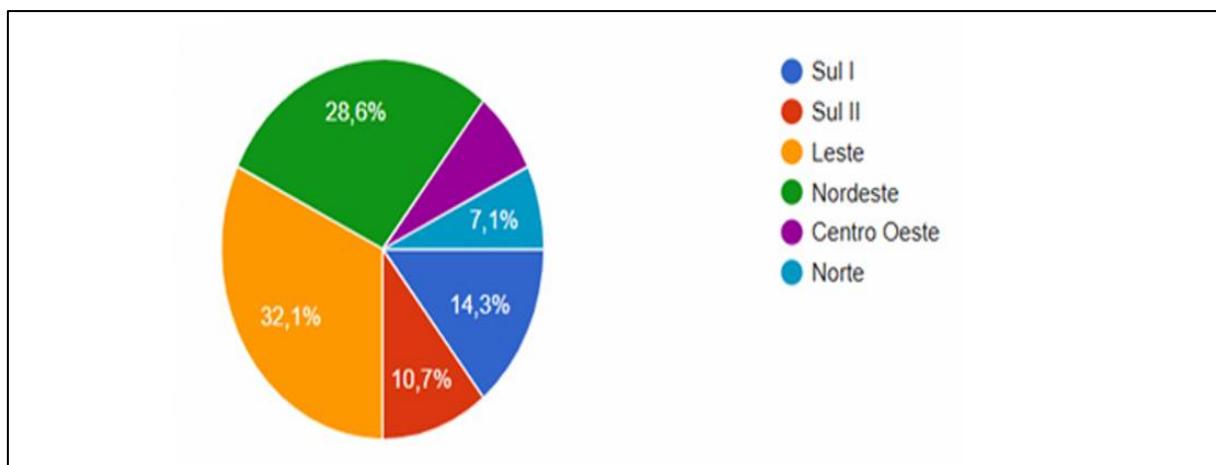
⁵ Esse levantamento foi inicialmente discutido pela Gestão 2019–2020, assumido pela Coordenação do GTP QAUASS na gestão 2021–2022, através da criação do Grupo de Trabalho (GT) Levantamento, tendo sido dado sequência nos trabalhos na gestão 2023–2024. Foi realizado através de formulário eletrônico.

Cabe demarcar que sobre o estado da arte da produção de conhecimento nessas áreas temáticas, destacamos metodologicamente que ao longo da nossa história fizemos levantamento do que foi publicado nos Anais dos ENPESS nos anos 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018 e 2024⁶, nos anais dos CBAS nos anos 2004, 2007, 2010 e 2013, e em revistas acadêmicas de níveis A1 a B2 entre 2005 e 2016 e trabalhos de conclusão de pós-graduação entre 2013 e 2017. A Coordenação da Gestão 2023-2024 realizou levantamento nas teses e dissertações e artigos de revistas científicas A1 entre os anos de 2019 e 2024⁷.

Os trabalhos dos ENPESS (até 2016) e dos CBAS foram identificados pelos títulos dos trabalhos, eixo temático, resumo e autoria. Contudo, a partir do ENPESS de 2016, incluímos as principais referências bibliográficas e as tendências dentro de cada ênfase temática. Em função do aumento bastante expressivo do volume de trabalhos nos CBAs, sobretudo a partir da edição de Brasília em 2019, quando tiveram cerca de 1800 trabalhos inscritos, optamos por permanecer com o levantamento referente apenas aos ENPESS. Nessa perspectiva, cabe explicar ainda que a partir do ENPESS de 2016 levantamos as temáticas a partir da apresentação oral, de pôsteres, e em mesas coordenadas, não apenas no eixo questão agrária, urbana e ambiental, mas em todos os eixos temáticos ligados aos demais GTPs (Santos, 2023).

De acordo com o relatório da ABEPSS (2024), ao realizar o levantamento junto aos grupos e núcleos de pesquisa do Brasil, foram identificados 22 (vinte e dois) ao total. Foi solicitado que identificassem com qual ou quais ênfases tratavam as suas pesquisas, sendo possível marcar mais de uma opção. Dentre eles, 73,3% manifestaram ser a ênfase urbana, e 60% na ênfase agrária e 60% na ênfase ambiental. No que diz respeito à inserção regional destes, nos moldes da divisão territorial da ABEPSS, obteve-se os resultados apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1: Pesquisas vinculadas às ênfases do GTP em relação às Regionais da ABEPSS



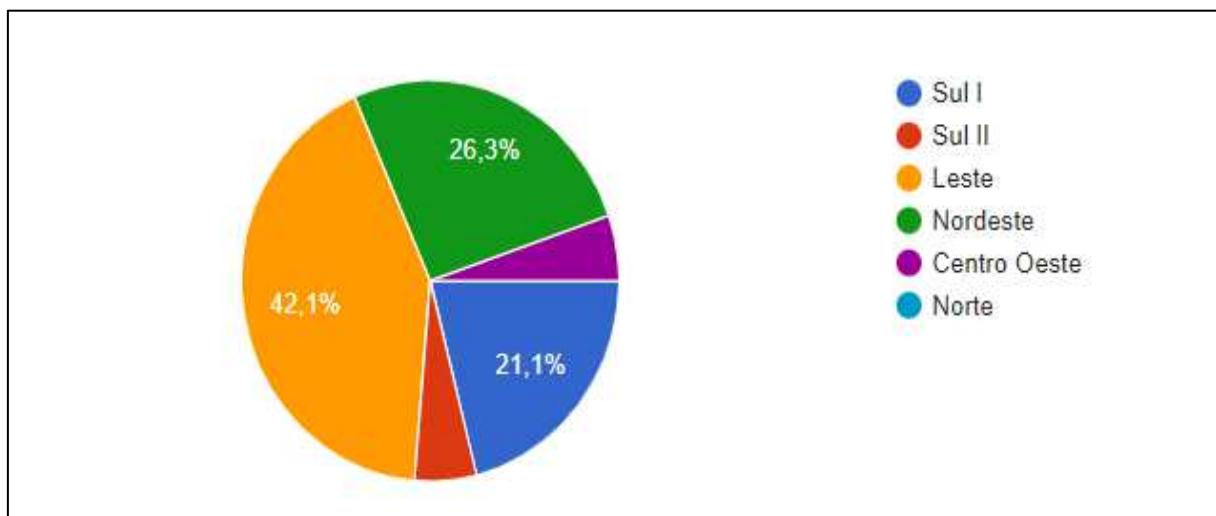
Fonte: ABEPSS (2024).

⁶ Em decorrência da pandemia de Covid-19, no ano de 2020 não foi realizado ENPESS e em 2022 encontramos limites coletivos.

⁷ Maiores informações sobre esse levantamento podem ser encontradas no Relatório do GTP Gestão 2023-2024.

O Gráfico 1 demonstra que existe uma maior incidência na existência de pesquisas realizadas na região Leste (32,1%), seguida da região Nordeste (28,6%). Essas são seguidas da região Sul I (14,3%) e Sul II (10,7%). Em menor número estão as regiões Norte (7,1%) e Centro-Oeste (somente 01). Cabe destaque ao fato de serem essas duas últimas regionais também as que possuem menor número de Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) filiadas à ABEPSS. O Gráfico 2 apresenta as universidades onde as pesquisas estavam sendo realizadas.

Gráfico 2: Unidades de Formão Acadêmicas com pesquisas sobre QAUASS em relação às Regionais da ABEPSS



Fonte: ABEPSS (2024).

O levantamento demonstrou que as pesquisas têm sido realizadas principalmente em UFAS localizadas na Regional Leste da ABEPSS (42,1%), seguida pela Nordeste (26,3%), e pela região Sul I (21,1%). Apresentam o menor número de pesquisas as regiões Norte e Centro-Oeste.

Para além disso, os dados demonstram que das pesquisas identificadas, 70% abrangiam o nível de graduação e 60% o de pós-graduação e que muitos possuíam correlação com o GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, e ainda com o GTP de Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social. Segundo análise apresentada à época:

A maioria dos Grupos de Pesquisa se desenvolviam junto à graduação, mas com incidência também na pós-graduação. Além disso, a maioria dos grupos de pesquisa foram criados entre 2010-2020, revelando a maturidade dos grupos. Também cabe mencionar que 25% dos/das participantes mencionaram desenvolverem mais de uma pesquisa em outras áreas do conhecimento no Serviço Social (ABEPSS, 2024, p. 29).

Outro dado relevante identificado é que dentre aqueles que responderam ao formulário, além de pesquisa, 682% também desenvolviam projetos de extensão sobre questão agrária, urbana e ambiental nas UFAS. Dentre estes, cabe o destaque aos envolvimentos, nos projetos, de profissionais de outras áreas, pequenos agricultores, assentados e assentadas, demonstrando, tanto a interlocução com profissionais assistentes sociais e

outras/os, quanto com movimentos sociais e usuárias/os. Passamos a apresentar alguns dados e reflexões sobre a produção teórica sobre o tema nos ENPESS.

Em termos gerais, a Tabela 1 apresenta o número de trabalhos publicados nos anais do Encontros entre os anos de 2004 e 2024, com exceção do ano de 2022 em função de limites coletivos.

Tabela 1: Trabalhos publicados nos Anais dos ENPESS entre 2004 e 2024 sobre as temáticas agrária, urbana e ambiental

ENPESS	Ênfase agrária	Ênfase urbana	Ênfase ambiental	Total/ano
2004	11	16	7	34
2006	8	20	8	36
2008	11	21	14	46
2010	13	36	24	73
2012	26	48	35	109
2014	12	52	34	98
2016	21	37	17	75
2018	13	29	19	61
2024	26	26	31	83
Total/ênfase	107	219	153	615

Nota: Relatórios de gestão do GTP Questões agrária, urbana, ambiental e Serviço Social, biênios 2015-2016 e 2017-2018.

Fonte: ABEPSS (2024).

Os dados demonstram uma ascensão das ênfases entre os anos de 2004 e 2012, uma redução nos eventos seguintes e um novo aumento no ano de 2024. Até esse ano, o maior número de trabalhos estava concentrado na ênfase da questão urbana. Contudo, a questão ambiental vem crescendo, tendo se tornado a ênfase com maior produção no Encontro de 2024, o que denota uma preocupação com o tempo presente, em que a crise ecológica — ambiental e climática — se impõe como uma realidade.

O desenvolvimento do capitalismo na contemporaneidade provoca um conjunto de desigualdades e conflitos socioambientais, indicando a necessidade de pensar para além das respostas do Estado por meio de políticas sociais. Isso nos leva a retomar o debate sobre a questão social e ambiental — ou questão socioambiental — buscando seus fundamentos universais e nossa particularidade.

Em coerência com o princípio metodológico da indissociabilidade entre as questões agrária, urbana e ambiental, nos últimos ENPESS temos considerado trabalhos que trazem a interlocução entre essas ênfases. Destaca-se que as duas últimas gestões da ABEPSS têm

dado centralidade à questão étnico-racial, o que se reflete também em algumas das produções no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental.

No ENPESS de 2018, percebe-se um movimento importante de trazer à tona não apenas as políticas, mas os sujeitos que enfrentam cotidianamente a questão social. Os relatórios das primeiras gestões do GTP traziam análises sobre a forte presença de produções com foco no Estado e nas políticas públicas, com acréscimo significativo na ocasião do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida. Outro elemento identificado desde as primeiras gestões foi a importância da interlocução com os demais GTPs, em especial com as temáticas: trabalho e questão social; movimentos sociais; relações de exploração/opressão de gênero; feminismos; raça/etnia e sexualidade; ética e direitos humanos.

Outrossim, a partir de 2018 inauguramos a identificação das principais referências teóricas nas ênfases temáticas do GTPQAUASS⁸. No ano de 2024, tivemos as seguintes incidências:

- a) Énfase agrária: Karl Marx, João Pedro Stédile, José de Souza Martins, Josué de Castro, Ruy Mauro Marini, Octavio Ianni, Raquel Sant'Ana, Bernardo Fernandes, Elaine Behring, José Paulo Netto, Raquel Santos Sant'Ana, Mailiz Garibotti Lusa, Iléna Felipe Barros;
- b) Énfase urbana: David Harvey, Henri Lefebvre, Friedrich Engels, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Milton Santos, Betânia Alfonsin, Lúcio Kowarick, Isabel Cristina da Costa Cardoso, Eblin Farage, Ana Elizabeth Mota;
- c) Énfase ambiental: Karl Marx, Marilda Vilela Iamamoto, István Mészáros, José Paulo Netto, Henri Acselrad, Ana Elizabeth Mota, Maria das Graças e Silva, Milton Santos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento.

Por fim, cabe destacar que as referências teóricas identificadas se situam no campo do pensamento crítico, contribuindo significativamente para a compreensão da concentração fundiária nos marcos da financeirização da economia. Contudo, as produções têm avançado no debate sobre a particularidade da questão social brasileira, cuja concentração fundiária se entrelaça com as questões étnico-racial, patriarcal e ambiental.

Dada a centralidade da questão étnico-racial na gestão 2023–2024 da ABEPSS, nos artigos que integram os anais do ENPESS 2024 foram identificados aqueles que tratam ou mencionam a questão étnico-racial, por meio da busca das seguintes palavras-chave nos títulos, resumos e textos completos dos artigos: “questão étnico-racial”, “raça”, “etnia”, “racismo”, “negro”, “negra”, “indígena”, “quilombola”. Dados iniciais permitem apontar um número considerável de artigos, assim distribuídos conforme as ênfases: a) Questão ambiental: apresentou total de 31 artigos, dos quais 17 (54,8%) apresentam menção ao tema, e 14 (45,1%) não; b) Questão agrária: do total de 26 artigos, 14 (53,8%) possuem as palavras-chave pesquisadas, e 12 (46,1%) não possuem c) Questão Urbana: do total de 26

⁸ Santos (2023) traz um balanço da produção de conhecimento a partir do trabalho no GTPQAUASS em que traz as principais referências teóricas no ENPESS de 2018.

artigos, 12 (46,1%) apresentam uma ou mais palavras-chaves buscadas, e 14 (53,8%) não possuem.

Essa análise merece aprofundamento, considerando que podem existir artigos que mencionam as palavras-chave, mas tratam tangencialmente a questão étnico-racial. Contudo, destaca-se o fato de que duas das ênfases possuem número superior de trabalhos em que aparecem elementos do debate étnico-racial, em relação aos artigos que não os apresentam. Da totalidade de 83 artigos, 43 (51,8%) possuem alguma menção à questão étnico-racial. Dessa forma, o movimento de buscar chaves analíticas em diálogo com o pensamento decolonial crítico tem avançado. Faz-se importante registrar que os estudos sobre patriarcado, feminismos, povos originários e questões étnico-raciais, bem como sobre nosso passado colonial, têm colaborado para a compreensão de que a questão socioambiental se estrutura a partir de domínios e conflitos não apenas de classe, mas também de gênero, divisão sexual do trabalho, raça e etnia.

Uma abordagem decolonial, que tem tido incidência na produção de conhecimentos em Serviço Social, permite esse adendo importante em diálogo com o acúmulo marxista na própria América Latina, com destaque para a teoria marxista da dependência. A ampliação plural, sob hegemonia de uma perspectiva anticapitalista dessas investigações, é fundamental para o fortalecimento do campo progressista no interior da profissão.

Sínteses e desafios para o trabalho e formação profissional

A questão social possui centralidade na compreensão da dinâmica das relações produtivas e sociais na ordem do capital, pela imbricação entre capital/trabalho/terra, expressando as contradições de um processo produtivo que, apesar de seu caráter coletivo, é marcado pela apropriação privada pelos detentores do capital. O Estado se constitui como uma mediação fundamental nas relações sociais, respondendo à questão socioambiental. Na contemporaneidade, sob a hegemonia da orientação política neoliberal, assistimos ao desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços socioassistenciais, agravando a vulnerabilidade social com a desresponsabilização do Estado na garantia do direito à vida digna. Nos termos de Iamamoto (2008, p. 156): “Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche”.

Na dinâmica globalizada do capital — constituída por uma relação hierárquica e dependente entre países do centro e da periferia, desde o processo de colonização — a terra e suas gentes têm sido apropriadas e espoliadas para colocar em movimento um desenvolvimento que se caracteriza pela expropriação de riquezas e produção de mercadorias, assentadas na degradação ambiental e na superexploração da força de trabalho.

Ou seja, na origem da questão social e ambiental está a apropriação privada da terra e seus efeitos sobre territórios e populações nos meios urbanos e rurais. Dessa forma, retomamos a contribuição do GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social, ao afirmar que não é possível debater a questão social sem considerar os 400 anos de escravização, bem como os

processos de luta e resistência contra a exploração e opressão de negras/os e indígenas (Marro et al., 2021).

O entendimento da questão racial como nuclear à questão social (GONÇALVES, 2018) impõe ao serviço social o desafio não só de entender como o racismo estrutura relações sociais e cria raízes que sustentam, imbricadas a outras formas de opressão, o capitalismo dependente, mas por outro lado, se apropriar das diversas lutas históricas que se efetivaram como verdadeiros movimentos de contestação ao sistema escravista (MOURA, 1981). Lutas de escravizados africanos, indígenas, quilombolas, que são constitutivas das experiências de resistência da classe trabalhadora brasileira (Marro et al., 2021, p. 263).

Esse é o terreno minado por conflitos socioambientais em que trabalham os assistentes sociais, exigindo um aprofundamento sobre a particularidade da formação socio-histórica brasileira, que permita identificar os sujeitos coletivos envolvidos na diversidade de lutas em curso — lutas que enfrentam um modelo de desenvolvimento econômico marcado por um rastro de violência. Aqui, registramos um acúmulo importante do GTPQAUASS (Cardoso et al., 2021), ao afirmar que se faz necessário compreender a questão social a partir da práxis de homens e mulheres simples da vida cotidiana que habitam as cidades e os campos:

Assim, para a implementação de estratégias curriculares e pedagógicas para o ensino dos núcleos de fundamentação da vida social e do trabalho profissional é necessário conhecer, estudar e problematizar quem são esses homens e mulheres simples e heterogêneos/as da vida cotidiana das populações originárias indígenas e tradicionais e dos segmentos mais espoliados e precarizados da classe trabalhadora, que constituem a população com a qual o Serviço Social atua a partir das manifestações da questão social, da sociedade civil e das políticas sociais. Saber como vivem, como representam e praticam as relações sociais e a partir de quais horizontes (impedidos ou não) de futuro e de sociabilidade tornase, assim, matéria prima da formação e do trabalho profissionais. Para tanto é preciso considerar seus lugares de experiências comuns, mas também particulares, a partir das suas condições e relações de trabalho, do acesso à terra para moradia ou moradia-trabalho, da produção da cultura e dos saberes e práticas populares organizadores da vida cotidiana, das condições de acesso às políticas e serviços de saneamento, de saúde, de educação, de proteção social à vida, de segurança e soberania alimentar e de autonomia para praticar culturalmente seus sistemas alimentares, das inserções nas relações sociais de raça, gênero e diversidade sexual que definem condições de maior ou menor vivência das práticas do racismo estrutural, do sexism, do patriarcado e da discriminação cis heteronormativa e, consequentemente, de exposição a riscos de violências e violações de direitos como o direito à vida (Cardoso et al., 2021, p. 286).

Conforme Iamamoto (2008, p. 160) já indicava e que temos aprofundado teórico-metodologicamente:

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatisadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

A autora traz esse alerta num contexto importante, em que a produção de conhecimento no Serviço Social estava profundamente marcada pelo debate das políticas sociais. Apesar

da importância do Estado na conformação das relações sociais capitalistas — inclusive com as políticas sociais expressando processos de lutas populares — é fundamental ter em conta que é a sociedade civil que explica o Estado, e não o contrário. Ou seja: “a questão social explica a política social, mas a política social não explica a questão social tout court” (Iamamoto, 2008, p. 185).

No que diz respeito à compreensão da questão ambiental, faz-se necessário um diálogo orientado por subsídios teórico-metodológicos do pensamento social crítico, articulando a economia política e a ecologia política. A partir dessas mediações, é possível compreender que a atual crise ambiental e climática resulta de um longo processo histórico, cuja origem remonta à acumulação primitiva que, por meio dos cercamentos de terras, da colonização, da escravização e da proteção alfandegária, cria condições para que o mercado se torne central nas relações sociais, tendo a industrialização como matriz produtiva hegemônica, fundada na propriedade privada da terra e de outros meios de produção. Marx (1984) já indicava que esse processo foi acompanhado de muita violência. Federici (2017) complementa, destacando a violência contra as mulheres, cujos corpos foram subjugados e dominados pelo próprio Estado, através do movimento de caça às bruxas, para a conformação de uma nova forma de sociabilidade.

Dessa forma, a acumulação capitalista carrega essa marca originária, passando pela fase concorrencial, avançando para o período monopólico — marcado pela conciliação entre acumulação de capital e direitos para as/os trabalhadoras/es, conquistados por meio de sua organização política — até chegar à sua fase mais recente, de questionamento dos direitos na era neoliberal, com a retomada ofensiva de formas de acumulação por espoliação (Harvey, 2014) ou expropriação (Fontes, 2010). Sob a égide do capital financeiro, bens naturais, direitos e serviços tornam-se ativos do mercado, somando-se à extração de mais valor com base em inovações tecnológicas, avançando sobre territórios para a produção de commodities agropecuárias e minerais, como forma de manutenção das taxas de lucratividade do capital.

Nesse sentido, Aráoz (2020), ao investigar a mineração na América Latina, avalia que o extrativismo tem sido a matriz produtiva que conforma o Capitaloceno. Em seus termos:

Essa febre extrativista, a enorme mobilização desde então desatada – do carvão, do ouro, da prata e do mercúrio, passando pelo ferro, pelo chumbo e pelos hidrocarbonetos, para logo chegar ao urânio, ao plutônio, às terras raras e, de novo, ao ouro –, foi crucial e determinante na configuração desse ponto do umbral (in)civilizatório, esse evento-limite, na história e da história, que chamamos de Capitaloceno (Aráoz, 2020, p. 33).

Ferdinand (2022) adensa a problematização do conceito de Antropoceno, indicando que o enfrentamento da crise ambiental passa necessariamente pelo reconhecimento de uma dupla fratura: ambiental e colonial. Afirma que, caso os movimentos ambientalistas continuem negando o protagonismo dos movimentos antirracistas, anticoloniais, antiescravistas e feministas — em especial, afrofeministas —, a fratura permanecerá, renovando apagamentos, desigualdades e colonizações, deixando uma parte significativa da população mundial de fora de uma saída coletiva. Dessa forma, o termo Antropoceno se ancora no habitar colonial, que transforma paisagens em plantations para produção de monoculturas, subjugando outros humanos e animais não humanos à lógica da

acumulação. Ao apagar a história de violência que constitui o habitar colonial, essa ameaça se torna permanente.

A politização da questão ambiental se faz central e, nesse sentido, Ferdinand (2022) considera o termo Capitalocene um avanço, ao conectar o capitalismo e suas revoluções industriais às transformações nas paisagens da Terra, possibilitando críticas ao sistema. Contudo, reivindica o termo Plantationocene, de Anna Tsing e Donna Haraway, como o que melhor caracteriza um modelo autoritário e padronizado, que impõe uma forma de exploração da terra que altera paisagens e provoca profundas desigualdades e injustiças espaciais. Avança ainda propondo o termo Negroceno para explicitar que a população negra foi alvo de racismo no processo de colonização que dá origem às mudanças climáticas. Em seus termos: “aqui a palavra ‘Negro’ não designa mais uma cor de pele, um fenótipo, tampouco uma origem étnica ou uma geografia particular. Ela designa todos aqueles que estiveram e estão no porão do mundo moderno: os *fora-do-mundo*” (Ferdinand, 2022, p. 81).

Tal debate evidencia que a dinâmica de acumulação do capital tem um lastro de violência, tendo se apropriado historicamente de corpos, territórios e culturas, provocando rupturas sociometabólicas que alteram o meio ambiente. Nesse bojo, as saídas ambientalistas que desconsideram essa processualidade acabam por apostar em novas formas de colonização, já que o próprio capital oferece saídas tecnológicas que, sob o verniz de uma economia verde — ou azul, pela apropriação das águas —, acaba por expandir suas fronteiras em busca de novas monoculturas para o mercado das “energias limpas”, como as fazendas eólicas ou de placas solares, ou ainda propondo compensações e mitigações, a exemplo dos programas de crédito de carbono que crescem velozmente no país.

Na contramão do domínio do mercado sobre a natureza, há lutas e resistências em defesa do “comum”. Nos termos de Saito (2024, p. 94): “O ‘comum’ se refere à riqueza que deve ser partilhada socialmente e gerida pelas pessoas”, o que supõe a gestão democrática dos bens naturais como a terra, as águas, a biodiversidade e a atmosfera. Nesse sentido, o valor da natureza é incomensurável, pois é o que possibilita a vida em sua diversidade.

Como síntese, apresentamos alguns avanços teórico-metodológicos identificados a partir do levantamento do que estamos produzindo nessas áreas temáticas: ocupação socioespacial em territórios urbanos e rurais, em diversos biomas, ditada pela dinâmica do capital pautada pela propriedade privada dos meio de produção, na renda fundiária e na centralidade da terra como princípio metodológico que nos leva à indissociabilidade entre questão agrária, urbana e ambiental; particularidade da questão social e ambiental na nossa formação socio-histórica como herdeira de uma história ancestral de lutas e resistências em defesa dos territórios, de sua sociobiodiversidade, que revelam a questão de classe, de raça e de gênero como estruturantes das relações produtivas e sociais.

Considerações finais

Nesses 25 anos da revista Temporalis e 15 anos dos GTPs, há muito a comemorar pelos avanços teórico-metodológicos na área da produção do conhecimento em Serviço Social, em todos os campos temáticos. Essa história recente revela a renovação de uma

perspectiva pluralista que, orientada pelo método materialista histórico-dialético, permite uma abordagem teórico-crítica atinente ao movimento da realidade, repleta de contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista.

Nessa trajetória, é profícuo revisitar a particularidade da formação sócio-histórica brasileira, determinante e central para a compreensão dos fundamentos da questão social (Marro et al., 2021) e da questão ambiental (Ferdinand, 2022), que, numa perspectiva de totalidade, se articulam à questão agrária e urbana. Dessa forma, compreender o passado torna-se imperativo para o entendimento de como as relações racializadas e patriarcais estruturaram a questão socioambiental, bem como a luta de classes.

Diante da permanência e intensificação das ameaças à vida em sua sociobiodiversidade, cabe ao Serviço Social exercitar a perspectiva de totalidade, compreendendo que a questão socioambiental não se reduz à questão climática e está indissociada da questão fundiária, tendo em vista que a apropriação privada da terra é a base de um conjunto de novas apropriações. Nesse sentido, o pensamento crítico, no diálogo entre a crítica da economia política e da ecologia política, contribui com subsídios teóricos que auxiliam na compreensão dialética da realidade, buscando retomar chaves analíticas clássicas e também conhecer novas chaves que permitam atualizar a apreensão sobre os desafios no jogo de forças políticas.

Por fim, o Serviço Social deve aprofundar suas investigações sobre políticas socioambientais que representam lutas populares históricas na resistência à expansão capitalista, ao defenderem a vida em sua sociobiodiversidade. Se o capital transforma a crise ambiental em novas formas de mercantilização, o campo da resistência deve transformá-la em motor para a transformação radical da sociedade.

Desse modo, o Serviço Social deve conhecer e tomar como instrumento de trabalho a mobilização social para: criação de protocolos para o cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho; demarcação de terras indígenas; titulação das comunidades quilombolas; assentamento rural das famílias acampadas. Deve associar a luta pelo direito à cidade à questão socioambiental. Ademais, deve colaborar com a formulação de políticas para populações extrativistas, ribeirinhas e outras, cujas vivências se pautam pela coprodução com a natureza, compreendendo o meio ambiente como bem comum, a que todos e todas têm direito de cuidar e usufruir — dentre outras contribuições que precisamos construir coletivamente.

Muitos desafios estão postos ao GTP, sobretudo no que concerne ao fortalecimento de sua capilaridade na formação e no trabalho profissional. Pontuam-se alguns: ampliação qualitativa do GTP; capilarizar o acúmulo já produzido e expresso no documento *Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social: subsídios para formação e trabalho profissional*; construir articulação com as regionais da ABEPSS e os CRESS para fomentar o debate sobre as ênfases temáticas nos âmbitos da formação e do trabalho profissional; produzir uma atualização permanente dos debates, ancorados na realidade em que o desafio socioambiental se impõe pela força do capital sobre os territórios, bens comuns e direitos da classe trabalhadora e das populações tradicionais.

Portanto, a superação das contradições presentes na sociabilidade hegemônica contemporânea — cuja crise civilizatória e capitalista tem como expressão a crise ambiental e climática — passa necessariamente por lutas sociais que congregam as lutas classistas, antirracistas, feministas e anticapacitistas. A diversidade histórica das lutas emancipatórias anticapitalistas convoca a área de conhecimento do Serviço Social a se aproximar cada vez mais das vivências das classes populares e subalternas, em territórios urbanos e rurais, em todos os biomas, fortalecendo seus processos de resistência e enfrentamento ao domínio do capital. Essa é uma responsabilidade coletiva que as próximas gestões do GTP devem renovar em coerência com o Projeto Ético-Político Profissional.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Relatório da Gestão Relatório GTP Questão Urbana, Agrária e Ambiental Gestão 2015-2016. Disponível em: [relatorio_gtp_questao_urbana_20142016_final_comanexos-201810301533490247190.pdf](https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2025/08/5-Questoes-Agraria-Urbana-Ambiental-e-Servico-Social.pdf). Acesso em: 04 set. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Relatório da Gestão Relatório GTP Questão Urbana, Agrária e Ambiental Gestão 2023-2024. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2025/08/5-Questoes-Agraria-Urbana-Ambiental-e-Servico-Social.pdf>. Acesso em: 04 set. 2025.

ARÁOZ, Horácio M. **Mineração, genealogia do desastre:** o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta 15 de maio de 2025:** a gente defende a justiça ambiental para combater a desigualdade social. Maio 2025. Disponível em: https://www.cfess.org.br/publicacao?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=2. Acesso em: 12 ago. 2025.

CARDOSO, Isabel C. da C.; LUSA, Mailiz G. CHAVES, Maria do P. S.; SILVA, Matheus T. da. Diretrizes curriculares e produção de conhecimento sobre questões agrária, urbana e ambiental. **Temporalis**, n. 42, p. 277–292, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410>. Acesso em: 04 set. 2025.

DINIZ, Tânia R. de G. Questão agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social: para uma análise de totalidade nas trilhas do GTP. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17., 2022, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/paginas/enpess-2022>. Acesso em: 20 out. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial:** pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu editora, 2022.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo:** teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade e a divisão do trabalho:** a Cidade do Capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARRO, Kátia; ABRAMIDES, Maria B.; GUIMARÃES, Maria C. R.; SOARES, Maria R. Penha. SANTOS, Maria T. dos; BURGINSKI, Vanda M. Questão social e lutas sociais nas diretrizes curriculares do Serviço Social. **Temporalis**, ano 21, n. 42, p. 261–276, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410>. Acesso em: 04 set. 2025.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, tomo 2. (Coleção Os economistas).

MOTA, Ana E. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, Maria L. de O. **Serviço Social no Brasil:** história de resistência e rupturas com o conservadorismo. São Paulo, Cortez, 2016.

SAITO, Kohei. **O capital no Antropoceno.** Tradução de Caroline M. Gomes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

SANTOS, Suenya. Produção de conhecimentos em Serviço Social: contribuições a partir do acúmulo no GTP da ABEPSS sobre questão agrária, urbana, ambiental e serviço social. In: SANTANA J. V.; PAZ, R. D. O. da; RIBEIRO, R.; HOLANDA, A. C. G.; SILVA, O. M. T. (org.). **Serviço social e habitação:** requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/servico-social-e-habitacao>. Acesso em: 04 set 2025.

SANTOS, Suenya. Desenvolvimento e emancipação no contexto das mudanças climáticas: questão socioambiental e Serviço Social. In: SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E PESQUISA SOCIAL NA AMAZÔNIA, 3., 2024, Belém, PA. **Anais eletrônicos** [...]. Belém, PA., 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iiiseminarioppgss/>. Acesso em: 04 set. 2025.

SANTOS, Suenya. Ensinamentos amazônicos em tempos de crise ambiental e climática: diálogos entre a crítica da economia política e da ecologia política. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 72, ed. esp., maio/ago. 2025. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP>. Acesso em: 04 set. 2025.

Submetido em: 16/9/2025
Aceito em: 17/9/2025